

“Experiência-Piloto ‘Semana de quatro dias’”

[Documento distribuído pelo Governo em 28.outubro.2022]

– Contributo da CIP –

Relativamente ao documento do Governo, intitulado *“Experiência-Piloto ‘Semana de quatro dias’”*, distribuído em 28 de outubro de 2022, para discussão na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), realizada em 02 de novembro de 2022, a CIP já emitiu Comunicado, em 04 de novembro p.p., assinalando que a experiência defendida pelo Governo não foi amadurecida e aprofundada, ignora a incerteza que atinge Portugal e o mundo e acrescenta ruído a um ano de extraordinárias dificuldades.

A apresentação do documento em causa, e da iniciativa que encerra, foram apresentados com menos de um mês cumprido desde a assinatura do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, que teve lugar em 09 de outubro de 2022, e, com as decisões tomadas nesse âmbito por concretizar, o Governo decidiu avançar extemporaneamente para a experiência da semana de quatro dias já a partir do próximo ano.

A CIP considera, assim, que o anúncio feito pelo Executivo em sede de concertação social é prematuro, desequilibrado e arriscado.

A medida — o projeto-piloto — é prematura, porque não se encontra ainda pensada e amadurecida o suficiente de modo a poder representar, de facto, uma experiência útil para todos os parceiros.

A discussão e análise das consequências deveria ter-se prolongado de modo a evitar erros que, sem a atual precipitação, seriam mais fáceis de evitar.

A medida é desequilibrada, porque existem custos evidentes para as empresas, já que existirão menos horas de trabalho por colaborador e o mesmo peso salarial.

A produtividade, embora não seja obviamente o único pilar a ter em conta, não pode ser excluída da decisão e do enquadramento a definir.

Existindo formas de encontrar o justo balanço, a ideia do Governo não resolve suficientemente a questão. Como tem sido habitual, o Executivo conta que grande parte do esforço seja suportado pelas empresas numa eterna multiplicação dos custos e encargos. A CIP alerta para o impacto na competitividade do país.

Finalmente, a medida é arriscada porque é lançada e executada num período de enorme incerteza económica em que os esforços de todos deveriam estar concentrados na resolução dos problemas urgentes que enfrentamos.

A conjuntura que Portugal tem diante de si — uma crise com múltiplas frentes —, pede bom-senso e sentido de responsabilidade a todos os intervenientes.

A crise energética, a inflação galopante, o aumento repentino e acentuado das taxas de juro e a falta de profissionais em diversos sectores são desafios complexos para os quais não existe uma solução mágica.

Neste sentido, lançar neste preciso momento de indefinição nacional e global a semana de quatro dias significa apenas acrescentar mais uma variável a um contexto que já é de máxima dificuldade.

Significa, também, acrescentar mais ruído no debate público, transmitindo uma ideia errada: que 2023 será um ano fácil para os portugueses. Infelizmente, não vai ser assim, dizem todas as instituições internacionais, apesar de todos os esforços que os empresários e os trabalhadores estão a fazer.

A CIP sublinha que a semana de quatro dias, bem como os novos desafios do mercado de laboral — entre eles, a conciliação família-trabalho —, são assuntos que têm sido alvo de reflexão interna permanente, tendo sido elaborado, em dezembro de 2018, a pedido da CIP, um estudo nesse sentido pela Nova School of Business and Economics - Universidade Nova de Lisboa, sobre os “Desafios à Conciliação Família-Trabalho”, onde que já chamava a atenção para alguns dos aspetos que agora se encontram em debate.

A CIP critica, pois, frontalmente o *timing* do debate e de implementação da Experiência-Piloto.

Dado o período de enormes incertezas em que nos encontramos, não é adequado estar a discutir questões como as que foram apresentadas.

No entanto, apesar de a CIP considerar inoportuno e totalmente desadequado o *timing* desta iniciativa, dados os graves problemas que o País enfrenta, caberá às associações e empresas que representam, se assim o entenderem, evoluírem, ou não, no conceito.

O tema exige disponibilidade e coordenação entre todos para que seja possível encontrar uma solução consistente que evite experimentalismos e os riscos inerentes para a competitividade e coesão social.

Sem empresas, não haverá emprego nem geração de riqueza para o país.

É, portanto, imperioso que o Governo tenha esta preocupação em conta quando intervém numa área tão sensível como o mercado de trabalho.

06.dezembro.2022